

Sucessão presidencial e os direitos políticos: uma análise da construção do movimento “Diretas Já!”

*Presidential succession and political rights:
An analysis of the construction of the movement
“Direct Elections Now!”*

CEANDRESON DIAS AMARO

Acadêmico de Direito do Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp), no qual foi monitor da disciplina de História do Direito e realizou pesquisas no grupo de Iniciação Científica em História do Direito, tendo apresentado trabalhos em Congressos Nacionais.
ceandreson@hotmail.com.

FERNANDA CRISTINA COVOLAN

Doutoranda em Direito Político e Econômico na Universidade Presbiteriana Mackenzie, com bolsa Capes; mestre em Direito na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep); professora titular no Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp).
fernandacovolana@hotmail.com.

RESUMO Este trabalho propõe-se a avaliar os movimentos político-jurídicos de (des)construção do então regime democrático brasileiro, ora com a derrubada do presidente democraticamente eleito, o que se deu em 1964, ora com a confrontação do regime ditatorial, por meio do movimento “Diretas Já!”. Em sua primeira parte, esta pesquisa observou a instabilidade política vivida nos meses e anos antecedentes ao golpe e a insatisfação de parte significativa da sociedade, em especial das elites políticas e econômicas, que se serviram da mídia e de suas forças econômicas não só para derrubar o presidente como também para sustentar o

regime autoritário. Na sequência, foi possível ver que, desatendidos os interesses das elites políticas e econômicas, estas conjuntamente se unem e se servem das demais camadas sociais para sustentar um movimento de conclamação da retomada dos direitos políticos, por meio do movimento conhecido como “Diretas Já!”. Tanto no período em que as elites e o regime estiveram de acordo entre si como no período em que se romperam esses acordos, viu-se o papel importante desempenhado pela mídia na construção do senso comum e da legitimação do que se desejava.

PALAVRAS-CHAVE: MOVIMENTOS SOCIAIS; DIREITOS POLÍTICOS; SUCESSÃO PRESIDENCIAL; “DIRETAS JÁ!”.

ABSTRACT This study aims at evaluating the legal political movements of (des)construction of the then Brazilian democratic regime, with the toppling of the democratically elected president, which occurred in 1964, and the confrontation of the dictatorial regime through the “Direct elections now!” movement. The first part of this survey observed the political instability in the months and years preceding the coup, and the dissatisfaction from a significant part of society, especially the political and economic elites who have used the media and their economic strength not only to topple the President, but also to support the authoritarian regime. Following, it was possible to see that once the interests of political and economic elites were not met, they joined forces and served the other social layers to sustain a movement that demanded the retaking of political rights, the so-called “Direct Elections Now!” movement. Both in the period in which the elites and the system were in agreement with each other and in the period when such agreements were not met, we saw the important role played by the media in building a common sense and the legitimacy of what they wanted.

KEYWORDS: SOCIAL MOVEMENTS; POLITICAL RIGHTS; PRESIDENTIAL SUCCESSION; “DIRECT ELECTIONS NOW!”

INTRODUÇÃO

A democracia brasileira tem sido testada sem descanso, não apenas presentemente, mas sua consolidação tem sido desafiadora na história jurídico-política do País.

São vários os momentos emblemáticos em nossa afirmação democrática, mas talvez o momento mais simbólico no consciente coletivo tenha sido o do movimento “Diretas Já!”, ocorrido entre os anos de 1983 e 1984, que foi cantado e decantado na narrativa histórica de modo a consolidar-se para o senso comum como se tivesse conseguido coadunar todos os partidos de oposição, todas as forças sociais representativas, todos os meios de comunicação. Parece ter desaparecido na memória coletiva qualquer traço de dúvida ou de apoio ao regime ditatorial, que nesta mesma memória teria se limitado aos militares, algozes da nação.

O Direito, habitualmente, volta seus olhos aos mecanismos normativos e judiciais, entendidos como objeto de sua análise, parecendo esquecer-se da participação muito significativa de outros agentes, modificadores de opinião, na construção destes mesmos mecanismos.

Noutras palavras, a construção das normas, sua derrubada – seja pelas casas legislativas, seja pelos poderes executivos –, o exercício da judicatura, a reação social tanto às normas quanto às ações judiciais, enfim, aqueles que são entendidos como escopo da ciência do Direito estão sujeitos a movimentações políticas, econômicas e sociais, em especial manifestadas pela ação da mídia.

Neste sentido, este trabalho propõe-se a uma digressão histórica sobre as transformações jurídico-políticas entre o então denominado Movimento Revolucionário, que derrubou o governo democraticamente instituído do presidente João Goulart, que implicou uma transição para um regime ditatorial, e o Movimento das Diretas, ocorrido no governo do General Figueiredo, entre os anos de 1983 e 1984.

Para tal empreendimento, considerando a importância das fontes históricas, desejou-se analisar documentos que pudessem retratar como os fatos e mudanças ocorridos entre 1964 e 1984 foram percebidos socialmente, para o que os autores serviram-se de alguns dos principais

jornais do período, a saber, *Última Hora*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, além da *Revista Veja*. Ao mesmo tempo, considerando-se as forças ideológicas e os interesses representados por quaisquer instituições estabelecidas, a utilização das fontes escolhidas fez-se sempre com um necessário olhar crítico.

Desta forma, este trabalho inicia-se com uma retrospectiva dos eventos jurídico-políticos afeitos ao golpe conforme eram apontados no tempo histórico, bem como a construção, também jurídico-política, da estrutura de sustentação para o novo regime implantado e seu prolongamento no tempo por meio de mudanças no alicerce jurídico e social.

Na sequência, desejou-se rever as condições que levaram à confrontação com os desejos do regime ditatorial de controle político, quando a oposição encampa um movimento por retomada de eleições diretas para a presidência.

Este trabalho serviu-se, como já referido, de fontes primárias constituídas por periódicos do momento estudado, mas também de fontes secundárias dedicadas ao tema.

O GOLPE CIVIL-MILITAR E O REGIME DITATORIAL

A imposição autoritária vivida no início da década de 1960, que perdurou por duas décadas, tem lugar nas páginas da densa história da política brasileira no que afeta às liberdades e garantias individuais.

A imprensa escrita desempenhou papel emblemático de apoio e crítica à mudança de regime em 1964, bem como na luta pela retomada do voto direto por meio dos movimentos “Diretas Já!”. Além do papel da imprensa na (des)construção da democracia entre os anos de 1964 e 1985, o Congresso, em especial nos anos finais, merece destaque em sua atuação nas mudanças e na retomada democrática.

A instauração do regime militar foi fruto de um impasse social, econômico e institucional entre os diversos grupos sociais, como também da ordem política de esquerda e direita. Deste impasse, a resposta para o momento foi um golpe de Estado encampado pelas Forças Ar-

madras para tentar “arrumar a casa”, e, em tese, devolver o governo aos civis (ABRUCIO, 1998, p. 59-60).

O envolvimento dos setores civis no golpe deu-se com a concretização e estruturação da repressão, apoiando e financiando-a – sendo esta “dimensão crucial daquele processo” –, mas além disso houve ainda a intervenção de uma potência armada estrangeira, os Estados Unidos da América, consentida pelas elites econômicas, políticas e militares (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 314).

Para que se compreenda o estado político e social de então, no dia 13 de setembro de 1963, o *Jornal do Brasil*, analisando a política de Goulart, afirmava que “essa política de promiscuidade está solapando os alicerces da ordem democrática. Persistir é correr para o suicídio” (BRANCO, 1963), e por isso “pedia a intervenção das Forças Armadas” (ABREU apud AMADO, 2008, p. 40).

O descontentamento demonstrado pelo periódico com as políticas sociais do presidente, com sua permanência no poder, espanta pela clareza com que se conclamava publicamente a intervenção por meio de forças militares, mais de seis meses antes que esta se efetivasse, permitindo compreender como era frágil o regime democrático de então e como era conhecida esta fragilidade.

Neste confronto que se formara entre forças políticas que encampavam mudanças nas políticas sociais do Estado e os representantes da política conservadora, já em 1961 os conservadores criaram um novo Instituto – o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) para, com cariz científico, legitimar as ideias por eles encampadas, demonstrando ainda a participação de parte importante dos intelectuais de então.

Este instituto, por sua vez, colocou-se em posição de reestruturador do regime político brasileiro. Para tanto, buscou a deposição de João Goulart e constituiu-se como centro conspiratório militar, com a participação de outros núcleos civis, com várias frentes regionais nos Estados da federação, consolidando-se como a principal frente civil do golpe. Seu quadro era incorporado pelas principais representações empresárias que fizeram parte de ministérios, autarquias e instituições bancárias (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

Vale ressaltar ainda que nem todos os empresários compactuaram com a conspiração e muito menos com o golpe militar. Pelo contrário, parte deles era favorável à vigência do sistema e regime garantidos constitucionalmente e por isso foram perseguidos e punidos pelo regime – um número expressivo de militares foi exonerado, além de terem sido considerados conspiradores, e empresários foram sistematicamente excluídos das frentes econômicas após a mudança de regime.

“No momento do golpe, os grandes jornais se posicionaram contra o governo” acreditando que só o exército “poderia restabelecer a legalidade” (AMADO, 2008, p. 41). O *Jornal do Brasil* em especial, principal articulador junto ao regime, confiava ser essa a única solução para a restauração do que outrora havia se perdido, pelo que defendia insistentemente que era necessária a saída do presidente para evitar a ruína do País:

O problema era a permanência inaceitável do Sr. João Goulart no Poder que não soube cumprir, nem honrar. [...] O legado do ex-Presidente João Goulart é o mais sinistro: divide-se êle entre a estagnação e a ruína. [...] Com a nação tranqüila será possível o milagre de transformar essa herança de frustração e de ressentimentos numa obra positiva. A Nação está convicta do início de uma nova era (BRANCO, 1964).

Diferentemente, a Última Hora defendia a democracia, bem como a classe dos trabalhadores, além do desenvolvimento da soberania do Estado. No dia seguinte ao golpe, dia 02 de abril, em seu editorial “Sublevação em Minas para depor Jango”, o jornal condenou aquilo que via como um golpe ao governo legitimamente constituído, agindo em sua defesa, posicionando-se de maneira contrária por acreditar que a crise iria se agravar ainda mais (SUBLEVAÇÃO EM MINAS..., 1964), e no dia seguinte apontou a repercussão da crise política brasileira em todo o mundo:

Uma vez mais – escreve “The New York Times” – O Exército está demonstrando que é árbitro da situação política brasileira. João Goulart é, e sempre foi de esquerda. Poderia ser qualificado de socialista de salão. Sua maior desvantagem é a ineficácia sem remédio que demonstrou. Seus inimigos não podem provar que quis fazer o Brasil passar para o campo comunista, mas sim que levou o país ao caos. (MAZZILLI QUER SABER..., 1964).

Para o jornal radical “La Terceira de La Hora”, o grave problema que enfrenta o Brasil é de caráter econômico. O Presidente Goulart captou a angústia do povo, agoniado pela necessidade e, em sua afanosa busca por recursos, foi se colocando numa situação política que acabou por identificar-se com o extremismo da “esquerda” (MAZZILLI QUER SABER..., 1964).

Este apoio dado ao governo deposto resultou danoso ao periódico, já que o novo governo militar instalado foi paulatinamente restringindo as possibilidades de liberdade de imprensa, com especial perseguição que acabou por significar seu declínio e desaparecimento.

No governo de Castelo Branco (1964-1967), vários integrantes do Ipês assumiram cargos importantes, em especial o Planejamento e Fazenda, nos quais se conduziu um plano econômico que buscou resolver o problema inflacionário com a política do arrocho salarial, poupança forçada do FGTS (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 323).

É preciso que se compreenda que os políticos que apoiaram o golpe tinham por propósito a reordenação política: os líderes civis, governadores dos Estados apoiadores do regime, mantinham-se expectantes quanto aos rumos do novo regime de exceção, já que objetivavam uma sucessão civil à presidência nas eleições previstas para 1965 (ABRUCIO, 1998, p. 61).

Porém, o “Congresso, através dos seus líderes mais responsáveis”, aquiesceu com a vontade do regime, aceitando votar “uma lei equivalente ao Ato Institucional imaginado pelos chefes da rebelião de 30 de março” (BRANCO, 1964). Para *O Globo*, a notícia destas alterações legislati-

vas foi encarada como “um conjunto de medidas a serem votadas pelo Congresso e que propiciarão sejam alcançados os principais objetivos da revolução, destacando-se: cassação de mandatos de parlamentares extremistas e comunistas”, bem como instrumentos garantidores de sustentação da democracia (CASSADOS OS MANDADOS..., 1964).

Os Atos Institucionais não compuseram, como se sabe, apenas como primeiras medidas de reestruturação. Iniciados com Ranieri Mazzilli (abril de 1964) e continuados por Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), a decretação e instauração dos Atos Institucionais viriam a constituir-se em sustentação legal do domínio militar, oprimindo quaisquer manifestações de contestação e crítica à dita “Revolução”, intervindo autoritariamente nos sindicatos, extinguindo os partidos políticos existentes e adotando o bipartidarismo, ARENA e MDB, ordenando eleições indiretas para presidente e vice-presidente, aumentando o poderio do regime sobre as questões eletivas, além de tornar indiretas as eleições para governador de Estado, extinguindo paulatinamente a política híbrida e consolidando de vez o autoritarismo.

Pouco a pouco, então, ampliava-se a atuação do regime no que respeitava às decisões econômicas e administrativas na esfera do Executivo federal, minimizando a autonomia e atuação política dos estados (BERTONCELO, 2007, p. 48) e controlando a distribuição de recursos para os estados e municípios, uma vez que o cargo de governador era peça central na articulação e manutenção do poder no jogo que se desenhava no cenário político (ABRUCIO, 1998).

As divergências políticas entre base civil, regime e interesses partidários colocaram em segundo plano as reformas políticas, sendo este o verdadeiro ideal daquilo que acreditavam ser uma “revolução”. Muito se aguardava de tais medidas, pois “o governo Castelo Branco não foi eleito e constituído para dar um simples sinal de presença simbólica no panorama nacional que a Revolução rasgou a primeiro de abril” (BRANCO, 1964). Surge, então, a primeira cobrança do que fora prometido pelos “revolucionários”.

Em julho de 1964, alguns meses depois do golpe, a Emenda Constitucional nº 9, que prorrogou o mandato do presidente até março de 1967,

houve uma inflexão no sentido de endurecimento do regime. Ficou claro que a esperada entrega do governo do País às elites políticas não ocorreria como esperado, e a situação agravou-se ainda mais com as eleições para o governo de dez estados, que foi o ponto de ignição para a ampliação e sobreposição do autoritarismo militar (ABRUCIO, 1998, p. 61).

Governando inconstitucionalmente, apoiados nos Atos Institucionais, em 1967 o regime militar no Executivo outorgou uma nova Constituição que, entre outras mudanças fundamentais, agrupou todas as deliberações dos Atos Institucionais até então editados, reduzindo os direitos de cidadania, em especial os direitos políticos, sob a justificativa de “assegurar à família brasileira ordem, tranquilidade e justiça social” (GAMA E SILVA:..., 1968).

Assim se desenhava com clareza a estratégia do governo para prolongar-se no poder. A partir de então, o cargo maior do Executivo nacional seria alcançado por meio de um Colégio Eleitoral, de composição mista, mas dominada pelas forças políticas ligadas aos militares, já que ao longo dos meses após abril de 1964 foi realizado um persistente expurgo no Legislativo com a exclusão dos membros opositores.

Depois do total apoio para a derrubada do governo eleito de João Goulart, o *Jornal do Brasil* apresentou sinais de desconcerto com o regime, não concordando com as perseguições a políticos e intelectuais da época (AMADO, 2008, p. 126), em que pese não ter-se posicionado frontalmente na denúncia, como atesta, inclusive, a continuidade de suas operações.

O golpe mais duro sofrido pela sociedade brasileira foi, de fato, a instauração do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, decretado pelo então presidente general Costa e Silva (AMADO, 2008, p. 130). Com isso, a suspensão das atividades do Congresso por tempo indeterminado, por meio do Ato Complementar nº 38, selou de vez o apoio do periódico (GOVÊRNO BAIXA ATO..., 1968).

Para o jornal *O Globo*, entretanto, o AI-5 foi a concretização da “continuidade do processo revolucionário”, objetivando realizar os propósitos do regime por intermédio de uma “administração segura, sempre respeitando a ordem democrática”.

Muitos não quiseram compreender a Revolução, e, pouco a pouco, forças adversas iniciaram um processo de agitação e subversão, gerando intranquilidade pública e prejudicando as exigências fundamentais do povo brasileiro. Nos últimos meses teve início verdadeira guerra revolucionária, abrangendo setores diversos. A Revolução não podia falhar a seus propósitos. Não podia ser traída. Fatos recentes, de pleno conhecimento público, criaram uma preocupação constante no Presidente da República. (GAMA E SILVA:..., 1968).

Como se viu, ainda que o regime tenha se aprofundado em suas ações de perseguição aos ideais democráticos, com perseguição a direitos de liberdade, nada disso parece ter sido suficiente para a retirada do apoio daquele Jornal, que seguiu ladeando o regime autoritário, ao que parece, até o momento em que os problemas econômicos se tornassem flagrantíssimos.

No cenário civil, situação marcante da participação do empresariado foi o apoio e financiamento à Oban, Operação Bandeirantes, criada em São Paulo após a decretação do AI-5, que procurava controlar qualquer manifestação pública contrária ao regime (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

O governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) foi marcado pela edição da Emenda Constitucional nº 1, em 1969, que reformou a Constituição de 1967 para adequá-la aos últimos Atos Institucionais, incorporando a violência e supressão de cidadania ao constitucionalismo nacional, ampliando a forte repressão política, social e censura aos meios de comunicação.

Na ordem econômico-financeira, o País vivia um momento de melhora econômica, o que parece ter servido aos propósitos de manutenção do regime, seja pela melhor condição de vida dos cidadãos, seja pelo atendimento dos interesses empresariais. O período de 1969 a 1973, conhecido com o milagre econômico, tinha alcançado o maior índice de crescimento até então da história do País (MÉDICE FAZ O..., 1974).

As tensões sociais reduzidas balizaram o encaminhamento da sucessão política. A descompressão social conduziu naturalmente ao aperfeiçoamento político. Estancou-se o grande manancial de inflação que jorrava no setor público. Depois de mais de duas décadas, o Orçamento da União registrou, no exercício de 73, um superávit que fica como marco histórico na evolução brasileira rumo a padrões desenvolvidos de governo. As empresas públicas e estatais, recuperadas e modernizadas, alcançam lucros. (FONTOURA, 1974).

Em 1974, o General Ernesto Geisel (1974-1979) ascendeu à presidência com a promessa de liberalização do regime e maior abertura política (GEISEL DEBATE A..., 1974), propondo um retorno paulatino e gradual à democracia que deveria dar-se por intermédio de duas ações simultâneas, “o controle e o posterior isolamento da linha dura das Forças Armadas e o estabelecimento de uma aliança com setores políticos regionais que ajudassem a estruturar, pouco a pouco, o caminho da liberalização” (ABRUCIO, 1998, p. 82). Em tese, a nova concepção política apresentada visava devolver as garantias políticas, diminuir as intervenções estatais, eleições regulares e devolução do poder à sociedade civil.

Neste sentido, em novembro de 1974 foram convocadas novas eleições para deputados estaduais, federais e senadores. No dia seguinte, o presidente Geisel afirmou que “as eleições de ontem demonstram o clima de liberdade que o Brasil vive, contrariando o que muita gente diz” (GEISEL: ELEIÇÃO DEMONSTRA..., 1974). Entretanto, na medida em que os resultados das eleições indicavam um crescimento inesperado do MDB, partido da oposição permitida, estagnaram-se as medidas de liberalização como forma de controle.

Ainda assim, o MDB, fortalecido pelas urnas, continuou investindo politicamente além do Congresso, conquistando os grandes centros urbanos, o que preocupava o governo especialmente para as eleições de 1978. Desta preocupação nasceu o “Pacote Abril” de 1977 (ABRUCIO, 1998, p. 88), idealizado pela Emenda Constitucional nº 8, que alterou

totalmente a sistemática representativa do Colégio Eleitoral (RODRIGUES, 2003, p. 16).

Visando limitar as ações oposicionistas, o “Pacote Abril” manteve a eleição indireta para governador, suspendendo o direito ao voto direto que se havia mantido na Constituição de 1967; alterou a regra de cálculo da representação dos estados; reduziu o quórum constitucional de 2/3 para maioria simples e manteve a Lei Falcão (ABRUCIO, 1998 p. 89-90).

A Lei Falcão, idealizada pelo Ministro da Justiça Armando Falcão, em julho de 1976, objetivava alterações quanto às propagandas eleitorais televisionadas e de transmissão via rádio. O texto normativo limitava os discursos e apresentações apenas por fotografia do nome, partido e breves dados sobre o candidato. A propaganda era dirigida somente ao município da disputa eleitoral em questão, com horários em partes iguais a todos os candidatos. Supostamente se buscava restringir a exposição de ideais na tentativa de igualar os candidatos num mesmo patamar, mas o que se obtinha era a dificuldade de identificação das propostas e ideias dos candidatos (CONGRESSO RECEBE O..., 1976).

Diante destas reformas políticas, após o anúncio de reabertura política feita pelo General Geisel, instaurou-se grande descontentamento nas bases do MDB. Tendo o Senador Franco Montoro a frente do projeto de emenda para acabar com o “Pacote Abril”, buscava-se o restabelecimento dos dispositivos que instituíram o voto direto para governador, vice-governador e senador, outrora revogado pela Emenda de abril de 1977 (MONTORO, 1978).

Apesar dos esforços logrados pelo parlamentar, “a eleição indireta para governador foi mantida para a eleição de 1978, alterando-se, contudo, a composição do Colégio Eleitoral estadual, que a partir daquele momento passaria a ter, além dos deputados estaduais, a representação dos municípios” (ABRUCIO, 1998, p. 89).

O regime enfrentava, provavelmente, o pior período de aprovação popular, como demonstrava o crescimento da oposição, inclusive com possível vitória do MDB nas eleições seguintes, em 1982. Para, novamente, tentar frear a perda de poder, algumas reformas políticas

foram feitas pelo General Golbery de Couto e Silva, como o adiamento das eleições municipais de 1980 para 1982, por meio da Emenda nº 14, bem como a extinção do bipartidarismo e a concepção de um sistema pluripartidarista (ABRUCIO, 1998, p. 91), por meio da Lei Federal nº 6.767/1979.

A estratégia golberiana para as próximas eleições [1982] era o PDS estabelecer alianças eleitorais [...] em certos estados, e em outros aguardar a divisão do voto oposicionista que talvez deixasse o PDS vencer com maioria simples. Reforçado por programas econômicos e obras públicas ‘populistas’ em 1982, este plano esperava atenuar a maré oposicionista, deixando o governo numa posição razoável, com diversas alternativas para negociações políticas na condução da fase final da ‘abertura’ em 1983 e 1984. (FLEISCHER apud ABRUCIO, 1998, p. 91-92).

Esperava-se a cisão da oposição, o que de fato aconteceu, e a criação de uma base de sustentação política em âmbito nacional (BERTONCELO, 2007, p. 64), objetivando aproveitar todos os possíveis acordos para garantir o “controle no processo político” (ABRUCIO, 1998, p. 91).

Assim, a ARENA transformou-se em PDS e o MDB em PMDB, bem como surgiram novos partidos: PTB, PT, PDT e PP. O desígnio do regime era apoiar-se num partido centrista conservador (PP), além de criar uma “representação moderada” para os trabalhadores (PTB).

O que regime não contava era que esses mesmos partidos conseguiriam firmar-se, em especial o PTB, com Leonel Brizola, e com a estruturação partidária do PT (RODRIGUES, 2003, p. 19), o que possibilitou um “ambiente político mais competitivo” e harmônico com o “processo de transição”.

Por outro lado, trouxe um desafio aos eleitores e para as próprias elites políticas: para os primeiros, abalizar os partidos, suas ideologias e propostas, e os segundos, estruturar os novos partidos diante das exi-

gências legislativas partidárias (FERREIRA; BATISTA; STABILE, 2008, p. 433).

Com objetivo de sinalizar intenções de maior abertura política, depois de assumir o Executivo Federal, o presidente Figueiredo (1979-1985) enviou ao Congresso proposta de Emenda Constitucional, tendo como relator o Deputado Edison Lobão, na qual restaurava, após 15 anos de regime, a eleição direta dos governadores de estado e extinguiu os senadores “biônicos”, preservados os atuais mandatos. Entretanto, havia certa desconfiança da oposição tendo em vista as diversas ações de desrespeito e mudança de postura do regime diante de suas próprias decisões (O CONGRESSO APROVA..., 1980).

Uma enquete realizada pela *Folha de São Paulo* nos dias 20, 21 e 22 de outubro de 1980, já demonstrava que 83% dos entrevistados, em nove bairros da Capital, cidades de Osasco e Barueri, eram favoráveis às eleições diretas para governador.

Tabela 1 – Enquete sobre a opinião popular a respeito das eleições diretas

ENQUETE “FOLHA”		
OPINIÃO POPULAR SOBRE ELEIÇÕES DIRETAS		
- NOVEMBRO DE 80 -		
PRESIDENTE DA REPÚBLICA	GOVERNADOR DO ESTADO	PREFEITO DA CAPITAL
Eleição direta: 988 (80,5%)	Eleição direta: 1019 (83,0%)	Eleição direta: 998 (81,3%)
Eleição indireta: 107 (8,7%)	Eleição indireta: 82 (6,7%)	Nomeado: 102 (8,3%)
Tanto faz 133: (10,8%)	Tanto faz: 127 (10,3%)	Tanto faz: 128 (10,4%)

Fonte: (ENQUETE MOSTRA QUE..., 1980).

Entretanto, antes do pleito de 1982, o regime criou mais medidas que limitavam o crescimento oposicionista, em especial por meio da

Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1982. Esta reforma mais uma vez modificava substancialmente a metodologia do Colégio Eleitoral (RODRIGUES, 2003, p. 17), além da imposição do voto vinculado, no qual constrangia os eleitores a votarem em candidatos de um mesmo partido. Tais medidas “casuísticas” permitiram que o regime obtivesse a maioria dos votos no Colégio Eleitoral para uma provável escolha do sucessor presidencial (BERTONCELO, 2007, 66-67).

Um dia antes das eleições para governador, a *Folha de São Paulo*, em seu editorial, parabenizou o presidente Figueiredo pela retomada do voto direto:

Na véspera da mais importante eleição dos últimos 20 anos, este jornal sente-se na obrigação de formular, em primeira página, os cumprimentos de que o presidente da República se fez merecedor. Amanhã, quando 58,5 milhões de brasileiros estiverem comparecendo às urnas para o exercício normal um direito finalmente devolvido, o Sr. João Batista Figueiredo estará resgatando uma parte significativa de seu juramento.

Sabemos que a democracia não será obra da vontade de uma pessoa ou da decisão de um governo. Ela constitui tarefa extremamente árdua, que reclama tempo, bem como coragem e o empenho paciente do conjunto de todos os grupos sociais, de todas as forças políticas, para tornar-se realidade. (O CONGRESSO APROVA..., 1980).

O Globo destacou o último comício realizado pela ARENA em Campos, Rio de Janeiro, que contava com a presença do presidente Figueiredo e o candidato a governador Wellington Moreira Franco, dando destaque às suas intenções de encerrar a campanha eleitoral “sem mágoas e sem ódio” e “quando as urnas começarem a ser abertas e a verdade do povo começar a aparecer é preciso acreditar nela. [...] Democracia neles. Democracia neles daqui a diante, até o fim” (FIGUEIREDO EM CAMPOS..., 1982).

Por outro lado, o *Jornal do Brasil* destacou a campanha de Leonel Brizola, no Estado do Rio de Janeiro, em seu último comício realizado na Praça da Cinelândia totalmente lotada, no qual foi aplaudido com palavras de ordem “já ganhou” e “o povo unido jamais será vencido” (BRIZOLA ENCERRA CAMAPANHA..., 1982).

Como resultado das eleições para os governos estaduais de 1982, foram eleitos dez governadores de oposição, o que aumentou o poder político dos partidos contrários ao governo, e o número de seus representantes na Câmara dos Deputados (BERTONCELO, 2007, p. 66). Situação atípica, pois, pela primeira vez em quase vinte anos, a oposição adquiria o domínio das principais estruturas governamentais, em especial o Estado de São Paulo e Minas Gerais (ABRUCIO, 1998, p. 94).

O saldo das eleições de 1982 – as primeiras desde 1965 em que os eleitores poderiam votar também para eleger os governadores – dera à oposição o controle dos principais estados da Federação. O Senado teve uma renovação de 36% de suas cadeiras e a Câmara, de 55%. A bancada do PDS somou 235 deputados e a dos partidos de oposição, 244 (200 do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, 23 do Partido Democrático Trabalhista – PDT, 13 do Partido dos Trabalhadores Brasileiros – PTB e 8 do PT). Dos 479 deputados que chegaram à Câmara em 1983, 222 estavam em primeiro mandato. Destes, 96 eram pedessistas e 126, oposicionistas (98 do PMDB, 13 do PDT, 8 do PTB e 7 do PT). [...] Embora PDS e PMDB tenham tido desempenho eleitoral idêntico, com cerca de 37% do total de votos cada um, os mecanismos de sobre-representação garantiram ao partido governista cerca de 50% das cadeiras do Colégio. (RODRIGUES, 2003, p. 17-18).

Um drama instaurou-se a respeito de como se deveria proceder a sucessão presidencial do general João Figueiredo, já em 1983. Propor eleições diretas para presidente significaria a descontinuidade do regime no poder. Por outro lado, um embate interno buscando um sucessor

que desse seguimento aos planos do governo provocaria conturbações nas bases políticas do regime, por não haverem mecanismos constitucionais, ou partidários, claros que apontassem requisitos básicos para a escolha de um sucessor dentre os grupos ligados ao regime (RODRIGUES, 2003, p. 18-19).

A questão mostrava-se complexa, afirma Alberto Tosi Rodrigues (2003, p. 20). Havia ameaças oposicionistas por parte do PMDB, PT e PTB para o fim do Colégio Eleitoral, e em prol do retorno das eleições direta já em 1984. As possíveis saídas seriam, aponta o autor, ou a continuidade do regime no poder, com indicação de um nome por meio de disputas internas no PDS, uma negociação política entre o governo e oposição ou ruptura do regime seguido de eleições diretas.

Como estratégia do governo Federal para se garantir no poder, buscou-se um nome que unificasse “as principais facções dentro do PDS”, mas diversamente se verificou uma disputa interna pela sucessão, com o partido dividindo-se em três candidaturas à sucessão: Paulo Maluf, deputado federal por São Paulo; Mário Andrezza, ministro do Interior; e Aureliano Chaves, vice-presidente (BERTONCELO, 2007, p. 94).

A candidatura de Paulo Maluf era vista como empecilho aos interesses do governo, já que possuía apoio de parte dos congressistas e dos governadores do Mato Grosso do Sul e Paraíba, além do apoio de parte da ala empresarial – favorável aos ajustes econômicos, o que fez com que Figueiredo antecipasse o processo sucessório. Mário Andrezza, por sua vez, não era visto como a melhor opção por parte da sociedade, em decorrência dos laços estreitos com o governo, que o apoiava. Aureliano Chaves, no entanto, tinha a simpatia da opinião pública e apoio de empresários principalmente do setor industrial. Após assumir a presidência interinamente, obtendo um bom desempenho, sua popularidade aumentou, o que pareceu desagradar Figueiredo (BERTONCELO, 2007; RODRIGUES, 2003, p. 23).

Diante da crise do regime, Figueiredo foi duramente criticado pelo general Golbery do Couto e Silva, que afirmou que o presidente não tinha “vontade de dirigir o país, não está interessado em dirigir o país e não tem saúde para dirigir o país”, e, ao mesmo tempo, pelo

deputado Ulysses Guimarães, para quem a omissão de Figueiredo teria sido responsável pelo desastre administrativo, pois o momento político, econômico e social demandava uma participação mais incisiva (RODRIGUES, 2003, p. 24). Em razão das dificuldades de articulação, o presidente Figueiredo abdicou da coordenação da transição, acentuando o enfraquecimento do regime e evidenciando suas divisões (BERTONCELO, 2007, p. 113).

Tendo como pano fundo a sucessão presidencial, de um lado estava o partido governista fragmentado, do outro, uma oposição que buscava mudanças nas regras do jogo político; um cenário de busca pelas eleições diretas estava inaugurado.

A EMENDA CONSTITUCIONAL DANTE DE OLIVEIRA E O MOVIMENTO DAS “DIRETAS JÁ!”

Os anos de repressão, mas igualmente os insucessos econômicos que se anunciavam ao final da década de 1970, foram cruciais para desabrochar nos homens e mulheres, ainda que paulatinamente, uma consciência política e, sobretudo, social capaz de confrontar o regime opressor no qual a sociedade civil estava imersa havia quase duas décadas.

Antes mesmo de assumir sua cadeira parlamentar, Dante de Oliveira (PMDB-MT) já defendia a transição para a democracia plena, e a retomada das eleições diretas foi parte de sua campanha política (RODRIGUES, 2003, p. 41-42).

Ulysses Guimarães, então presidente do principal partido de oposição, defendeu a proposta de redemocratização (RODRIGUES, 2003, p. 38), em apoio a Dante de Oliveira, pois se acreditava que a melhor alternativa seria a retomada das eleições e que somente assim se “abriria maior espaço de ação às oposições e daria ao próximo presidente a sustentação política necessária para a incorporação de medidas de superação da crise econômica” (BERTONCELO, 2007, p. 99).

Esta proposta precisa ser contextualizada. Uma vez experimentado nas eleições diretas para governador, tendo ampliado ainda as prefeituras sob seu governo, o PMDB viu que seu poder político no cenário

nacional havia crescido, especialmente nas grandes cidades do Sudeste, enquanto que o poder do PDS, o partido do governo, não só diminuía como, diante mesmo dessas mudanças de cenário, fragmentara-se para as próximas eleições presidenciais. O PDS e o governo militar não chegavam a um acordo quanto ao nome para a sucessão, já que o partido prendia-se a Maluf, o presidente Figueiredo desejava Andreazza e ainda havia a corrida à parte de Aureliano Chaves, vice-presidente (BERTONCELO, 2007).

Impermeabilidade no que tange ao diálogo com as oposições, fracasso das negociações com PTB, escândalos financeiros, forte erosão da credibilidade do governo (e da área econômica em particular), atritos entre o presidente e o vice, crise econômica em ascensão e insistência numa política salarial impopular (que colocava os parlamentares, principalmente os do PDS, em situação bastante difícil) foram os ingredientes para a receita de derrota política do governo. (RODRIGUES, 2003, p. 27).

Após declaração de Figueiredo mostrando-se favorável às diretas, formou-se uma enorme celeuma entre governistas e oposicionistas (BERTONCELO, 2007, p. 112). “Se até mesmo o general-presidente, aquele guardião das instituições autoritárias, falava em eleições diretas, por que os políticos não deveriam propô-las e discuti-las?” (RODRIGUES, 2003, p. 30).

Compelidos pelo anseio da redemocratização, diante da preferência pelas diretas, além da instabilidade governamental mencionada, o PMDB esboçou um primeiro ensaio de “campanha popular” em 15 de junho de 1983, em Goiânia, além de criar uma frente suprapartidária reunindo PT, PMDB, PTB e PDT para integrar os comitês pró-diretas (RODRIGUES, 2003, p. 31; BERTONCELO, 2007, p. 103).

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, admitiu a possibilidade de eleição direta para presidente na negociação, em resposta à crise, como “uma hipótese que está no quadro”. A hipótese também era aceita pelos principais atores

políticos do cenário nacional: o deputado Paulo Maluf (PDS-SP) via-se candidato, por via direta ou indireta, pronunciando-se pela primeira vez sobre sua candidatura; o governador do Rio, Leonel Brizola (PDT), deveria se candidatar à sucessão desde que fosse por via direta; além do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves (PMDB), encarando uma possível candidatura à presidência, pela via direta, como uma missão (DIAS, E; NOBLAT, R., 1983).

Em editorial do *Jornal do Brasil*, o jornalista e colunista Carlos Castello Branco avaliou a situação naquele momento:

Há uma excitação nacional com a idéia da adoção imediata da eleição direta do Presidente da República. O pleito argentino terá estimulado essa exacerbação de expectativa mas a adesão praticamente maciça do PDS ao pleito popular é o principal indício de que o Presidente da República pode evoluir no seu projeto político. [...] O desfecho de uma negociação é imprevisível e o que seduz o país neste momento, depois de tantos anos de autoritarismo, é a quebra da rigidez política e a abertura a conversas que permitirão o reexame global de um quadro à procura de eventuais pontos de convergência que permitiam definir regras civilizadas de competição democrática. (BRANCO, 1983).

Em pesquisa divulgada pela *Folha de São Paulo* entre aqueles que se diziam eleitores do PDS, a preferência pelas diretas era de mais de 70% para eleição do próximo presidente da República. Veja Tabela 2.

Paralelamente aos interesses sociais e às movimentações em torno da campanha, o grupo moderado do PMDB, liderado por Tancredo Neves, e o governo, na pessoa do presidente Figueiredo, articulavam a respeito de uma sucessão pactuada, o que dividia opiniões oposicionistas. Contudo, dentro do PDS, as manifestações pró-“Diretas Já!” bloqueavam a escolha do sucessor, e doze governadores já haviam se posicionado em prol da ideia de sucessão à presidência pela via direta (RODRIGUES, 2003).

Tabela 2 – Opinião dos eleitores pedessistas sobre eleições diretas ou indiretas.

Eleitores do PDS nas 6 capitais							
Na sua opinião, o próximo presidente da República deveria ser escolhido em eleições:							
	S. Paulo %	R. Janeiro %	B. Horizonte %	P. Alegre %	Curitiba %	Salvador %	Média Ponderada %
Diretas	69,4	67,6	79,6	95,2	64,9	89,3	73,3
Indiretas	26,5	25	10,8	2,4	34,2	10,7	21,9
Não sabe	4,1	7,4	9,6	2,4	0,9	-	4,8
Número de entrevistados	(170)	(148)	(83)	(82)	(111)	(168)	(762)

Fonte: (ELEITORES DO PDS..., 1984).

Com o apoio da opinião pública, aos partidos políticos restava buscar a mobilização pública necessária à mudança da legislação em questão, o que se deu com um acordo de luta pluripartidária, embora o primeiro ato público (São Paulo, 27 de novembro, no Pacaembu) não tenha conseguido juntar os partidos, tendo sido dominado pelo PT e seus correligionários (KOTSCHO, 1984, p. 27).

A partir daí, os partidos organizaram-se, formaram-se comitês pró-diretas geridos de forma mais representativa e contando ainda com representantes da sociedade civil e das diversas entidades (BERTONCELO, 2007, p. 121), que em momentos de maior indefinição dos representantes dos principais partidos foram essenciais para a continuidade do movimento.

Manifestos foram escritos, também elaborados por entidades societárias:

Non vemos na eleição direta a solução imediata de todos os problemas mas, sim, um passo indispensável e decisivo para equacioná-los de modo democrático. Temos consciência de que a magnitude da crise econô-

mica e social requer um governo sólido, escolhido por um processo que garanta o apoio popular à tomada de medidas firmes que preservem a soberania nacional e retomem o caminho do desenvolvimento, em benefício do povo brasileiro. (TEIXEIRA, 1984).

O início das primeiras campanhas, a falta de resultados com a negociação entre governo e oposição e o crescimento da candidatura de Paulo Maluf foram fatores categóricos para começar a tornar passageira a ideia de coordenação da sucessão presidencial por outra via que não as eleições (RODRIGUES, 2003, p. 37).

Segundo Carlos Castello Branco, colunista do *Jornal do Brasil*, com a desistência da “coordenação” da sucessão presidencial, poderiam criar-se diversas correntes de liderança no PDS, o que “desarmaria o Partido do Governo na batalha da sucessão” (BRANCO, 1983).

Em janeiro de 1984, no Congresso, tramitavam cinco emendas pró-diretas com textos diferentes, e apesar de não ser a primeira a requerer eleições diretas, a emenda constitucional Dante de Oliveira estava estrategicamente em trâmite desde março de 1983, porém sem apreciação, pelo que os defensores das eleições diretas fizeram um acordo retirando as demais da pauta e apoiando a emenda de Dante de Oliveira (RODRIGUES, 2003).

Apesar das manifestações pró-direta terem sido iniciadas ainda em 1983, é interessante que se considerou como marco de abertura do movimento o comício de 25 de janeiro, em São Paulo. De acordo com a *Folha de São Paulo*, vários artistas e esportistas aderiram ao movimento e a cidade estava pronta para o “comício-monstro” (300 MIL NAS..., 1984).

Por outro lado, o setor “moderado” do PMDB não acreditava que a deflagração de uma campanha poderia compelir o governo a aprovar a emenda Dante de Oliveira, pelo contrário, traria risco de um “retrocesso político”. De fato, houve conflitos internos entre Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, bem como entre partidários e governadores, mas o crescimento da campanha nas ruas pareceu limitar estes conflitos (BERTONCELO, 2007).

Relatando o comício de São Paulo, o *Jornal do Brasil* veio dar suporte às eleições diretas, na medida em que enfatizou o número de participantes dado pelos organizadores, 400 mil pessoas na Sé, enfatizando, também que o episódio marcou o fim do Colégio Eleitoral e o “enterro” das indiretas.

A Bastilha que é símbolo da usurpação do povo, e que se chama Colégio Eleitoral, caiu, hoje, aqui – afirmou o Deputado Ulysses Guimarães em discurso. – O povo, os 400 mil brasileiros que aqui se encontram, tomaram os cárceres em cujos porões a ditadura aprisionou os títulos de 60 milhões de brasileiros. (MULTIDÃO LOTA PRAÇA..., 1984).

O Globo, por sua vez, apresentou as declarações de Carlos Átila, o porta-voz da presidência. Quando perguntado a respeito do comício, disse não considerar “extraordinária” a quantidade de pessoas, além de ver o movimento como inexpressivo:

É fácil para o PMDB reunir 100 ou 200 mil pessoas, pois teve só São Paulo cinco milhões de votos na eleição de 1982. A mobilização de ontem (anteontem) representa apenas dois por cento desse total, o que não é extraordinário para algo superpreparado, com Metrô e ônibus grátis para a população. (LUDWING DIZ QUE..., 1984).

A partir de então os comícios tornaram-se verdadeiros campos de batalha. A oposição insistia no voto direto e se alicerçava na tramitação da emenda Dante de Oliveira e nas movimentações e comícios das ruas. As campanhas passaram a ser realizadas em prol da aprovação da emenda, sem a qual seria facilmente vencida. Com isso, o jogo sucessório começou a ser drasticamente enfraquecido, obrigando o regime a esquematizar nova estratégia de derrubada das “Diretas Já” (RODRIGUES, 2003).

A reação do governo foi imediata ao avanço do movimento. Na tentativa de rearticulação, diante da impopularidade deflagrada, lançou-

-se a ideia de apoio às diretas, porém, para fazer a sucessão do sucessor de Figueiredo. O ponto estratégico da retomada das negociações iria se desdobrar em duas frentes: o envio de uma emenda alternativa que restabeleceria o voto direto para presidente em 1988, para ser aprovada antes da votação da Dante de Oliveira, o que causou revolta na oposição, e a decretação de possíveis Medidas de Emergência, fosse com o apoio interno no Congresso do grupo oposicionista conciliador; fosse com medidas repressivas para desestruturar a ação dos não submissos (RODRIGUES, 2003).

O Globo destacou a ação do líder do PDS, Nelson Marchezan, presidente da Câmara dos Deputados, em consulta prévia aos líderes do PMDB a respeito da aceitação da medida alternativa no intuito de forçar as negociações com a oposição sobre o processo sucessório, acreditando em sua viabilidade:

Se o Governo derrotar a emenda Dante de Oliveira, não vai fazer qualquer concessão depois. Se passar a emenda, não há razão para o Governo propor coisa alguma. Por isso, acredito que a negociação deva ser estabelecida antes, englobando não só eleições diretas, como algumas outras medidas quem ampliem a reforma da Constituição. (MARCHEZAN CONSULTA PMDB..., 1984).

Para tanto, procurou-se a união do partido situacionista nas duas casas legislativas na busca pela reforma constitucional, além de evidenciar a fragilidade da retomada das diretas, apesar de Figueiredo acreditar ser necessário o restabelecimento do voto direto, mas não para sua sucessão.

Diante de um quadro desses, a negociação com a Oposição será inevitável. Os partidos de oposição, sabendo que sua emenda será rejeitada, vão preferir aprovar a do Governo, a ver afastada qualquer possibilidade de restabelecer eleições presidenciais. [...] A estratégia do governo somente funcionará se a nova emenda for enviada logo. Se o governo esperar que a emenda Dante de Oliveira seja votada para depois agir, terá apenas

duas opções: 1) negociar com derrotados, o que não será mais necessário, ou 2) negociar com vitoriosos, o que não será possível. (ESTRATÉGIA DO GOVERNO..., 1984).

O presidente ainda condenou as pressões externas ao Congresso em torno da votação da Dante de Oliveira, conforme matéria de *O Globo*, e que era seu dever impedi-las, além de posicionar-se de maneira contrária à mudança imediata do sistema eletivo:

Mudar o sistema de eleição do Presidente agora – afirmou – seria uma verdadeira cassação do mandato que os eleitores deram aos integrantes do Colégio Eleitoral. Sei que muita gente é a favor das diretas. Também sou. Tudo, porém, tem seu tempo e sua hora. Nós queremos uma democracia estável. Então, umas das coisas com que temos de nos acostumar é não querer mudar a Constituição sempre que o resultado eleitoral não nos agrada. (PRESIDENTE RESTABELECE DIRETAS...,1984).

Paralelamente ao grande comício pró-diretas, que ocorrera no Anhangabaú, em 16 de março de 1984, o governo federal, em pronunciamento do presidente Figueiredo, encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de emenda constitucional pedindo eleições diretas para presidente – só que apenas para a eleição seguinte, em 1988. Neste pronunciamento o governo apelou para a via do “diálogo”, da “negociação” do “entendimento”, segundo matéria da *Folha de São Paulo*:

‘O verdadeiro obstáculo à mudança’ – disse – ‘está na recusa ao diálogo, na resistência sistemática à negociação, na fixação apriorística de condições inarredáveis para o entendimento’. Ressaltou que se propõe a mudar, mas ‘com responsabilidade, segurança e tranquilidade e isso só pode ser feito pelo entendimento e pela negociação entre as principais forças políticas nacionais’. (FIGUEIREDO PROPÕE DIRETAS..., 1984).

O presidente, ainda em seu pronunciamento, tentou apequenar a importância do movimento social, dizendo que “não nos devemos precipitar levados pela emotividade e radicalismo de alguns que querem manipular a vontade do povo para atender objetivos pessoais imediatistas” (FIGUEIREDO PROPÕE DIRETAS..., 1984).

Além da estratégia política, voltada à negociação, o governo deixou claro que, se necessário, usaria a máquina militar para impedir qualquer ação popular capaz de interferir na decisão do Congresso, pelo que no dia 18 de abril decretou “medidas de emergência” em Brasília e municípios próximos, impedindo, assim, qualquer manifestação societária no território da Capital do País (BERTONCELO, 2007, p. 173).

Kotscho (1984), relendo este movimento social com base nas páginas dos grandes jornais paulistas, em especial se servindo da *Folha de São Paulo*, revela que com o crescimento do movimento, cresceram também as organizações dos comitês e maior empenho dos políticos do PMDB, especialmente nas cidades e estados em que exerciam as funções do Executivo: o primeiro grande comício de São Paulo, em janeiro 1984, contou com cerca de 300 mil pessoas, número esse muito superior ao esperado, que era de 100 mil.

Diante disso, iniciou-se a Caravana das Diretas, encabeçada por PMDB, PT e PDT, que correu com sucesso diversas capitais do Norte e Nordeste, áreas habitualmente dominadas pelo PDS; em 25 de fevereiro, Tancredo coordenou todos os esforços para um grande comício em Belo Horizonte, que contou com mais de 300 mil pessoas; em 10 de abril, o Rio de Janeiro recebeu a maior reunião humana então vista no País, com mais de 1 milhão de pessoas; e em 16 de abril, por fim, São Paulo viu 1,5 milhão de pessoas tomarem as ruas do centro da cidade, em apoio à Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que seria votada em 25 de abril e pela primeira vez a Rede Globo de Televisão realizou uma cobertura de um evento da “Diretas Já!” (KOTSCHO, 1984), tornando-se impossível fazer vista grossa ao tamanho do movimento.

Ao mesmo tempo, Tancredo Neves agia em desconformidade com o presidente do partido, Ulysses Guimarães, e insistia no projeto conciliatório, afirmando que a proposta de emenda alternativa consegui-

ria “aglutinar os esforços de negociação”. Em 21 de abril, em discurso de tom conciliador, Tancredo assegurou “aceitar” as negociações entre oposição e governo, especulando até, em caso de derrota da Dante, a hipótese de fusão entre a Emenda Dante de Oliveira e a Emenda Figueiredo, o que causou repúdio de seus consortes oposicionistas, “desautorizando-o” a falar em nome da campanha. (RODRIGUES, 2003).

Ricardo Noblat, fazendo leitura da situação, em matéria publicada no *Jornal do Brasil* (1984), afirmou que:

A Oposição, prisioneira do vasto sentimento de mudança que perpassa a Nação como um todo, não pode recolher a bandeira da eleição direta em 84. O Governo pode deter a aprovação da emenda Dante de Oliveira, mas não pode impedir que ela ressuscite com outro nome, mesmo que destinada a encalhar no Congresso. Neste momento, nem o Governo nem a Oposição controlam o processo político. Ele está nas mãos da gigantesca e heterogênea massa que acorre por toda parte aos comícios. Está nas ruas. Daí o insucesso das advertências daqueles que ainda não se deram conta do fenômeno.

O *Jornal do Brasil* encarou o dia 25 de abril como o “dia de decisão” e que “com medidas ou sem medidas de emergência, os parlamentares sabem o que fazer”, pois “a competência de modificar a Constituição é do Congresso. Os militares [...] obedecem à Constituição” (DIA DA DECISÃO..., 1984).

Em 18 de abril, o presidente Figueiredo, pelo decreto 89.566, sob a execução do general Newton Cruz, baixou pela segunda vez Medidas de Emergência para a “Salvaguarda das Instituições sobre o Distrito Federal e mais 10 cidades de Goiás”. Pelo Decreto, ficaram impedidas:

As gravações em videoteipe em toda a área atingida, sem exame prévio pela Polícia Federal; nenhuma transmissão oral de estações de radiodifusão poderia ser realizada sem a prévia aprovação do órgão competente do Ministério das Comunicações, o Dentel [...]; e ficava

proibida a entrada na área de caravanas que pudessem ter fins políticos. (RODRIGUES, 2003, p. 88).

O intuito das Medidas de Emergência, destacou *O Globo*, ao referir-se a nota oficial da Presidência da República, era de coibir “a intolerável tentativa de coação sobre membros do Congresso, através de esquemas de mobilização organizados” e que tais manifestações, “se propõem declaradamente a constranger e intimidar parlamentares a votar de acordo com determinada orientação” (GOVERNO DIZ QUE..., 1984).

Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, diante da nota oficial do Palácio do Planalto, pronunciou:

Em primeiro lugar, as alegações não procedem. O Controle sobre as manifestações é total. E depois, o Congresso não se julga pressionado e não pediu qualquer proteção. Isso fere a independência do Legislativo. O Governo, que fechou o Congresso por várias vezes e cassou suas maiores lideranças, vem precisamente agora, quando o Congresso quer votar com independência a adoção das eleições diretas, querer protegê-lo. (PMDB NEGA QUE..., 1984).

No entanto, o jornal *O Globo* destacou a constitucionalidade das medidas, tratando-as como “das salvaguardas, as menos radicais” e, de acordo com o Porta-Voz da Presidência, Carlos Átila, destacado na matéria do periódico, a decisão é “preventiva” e foi aceita pelo governo “como um todo” (FIGUEIREDO DECRETA MEDIDAS..., 1984).

Em seu editorial, a *Folha de São Paulo* classificou as Medidas de Emergência como “um ato descabido e inaceitável”, afirmando que tal ação apenas “contribuirá para ampliar ainda mais o abismo que hoje separa a Nação do Estado”, e que o pretexto para tanto é “improcedente e frágil” (EMERGÊNCIA DE NOVO..., 1984).

O jornalista Clóvis Rossi, em matéria pelo jornal *Folha de São Paulo*, relatou o cerco que se formou em torno do Congresso Nacional, composto pela Polícia Militar, ao passo que 800 estudantes encontra-

vam-se no saguão central, em vigília cívica para acompanhar a votação. Logo os incidentes começaram. Diante dos fatos, o general Newton Cruz determinou que “toda a área da esplanada seja interditada, não se permitindo a entrada de carro algum”. O deputado Sebastião Nery (PDT-Rio) definiu a situação: “nós não estamos na capital. Estamos num curral” (ROSSI, 1984).

Como bem mostra matéria veiculada pelo jornal *O Globo*, o líder do PDS no Senado, Aluysio Chaves, levou ao governo acordo elaborado por líderes das duas casas, no qual tratava a respeito da imediata retirada dos soldados e garantia da segurança dos estudantes no Saguão, que teve duração de 2h30 (ACORDO FIRMADO NO..., 1984).

As medidas foram mal recebidas pelo povo, pois estas limitavam a ação do movimento: “66,4% condenaram sua decretação, sendo que 49,4% declararam acreditar que as medidas atrapalhariam a aprovação da Emenda Dante de Oliveira”, segundo informa Alberto Rodrigues (2003, p. 91) valendo-se de pesquisa da *Folha de São Paulo*.

Com essas medidas e após longa sessão no Congresso, no dia 25 de abril de 1984, com 298 votos a favor – seriam necessários 320 –, 65 contra, três abstenções e 113 ausentes, a Câmara dos Deputados rejeitou a Emenda Dante de Oliveira, e o governo conseguiu reverter o curso e a força das ações civis.

Uma vez derrubada a proposta de emenda no Congresso, bem como feita uma demonstração de força dos militares, o movimento das “Diretas Já!” enfraqueceu-se. Inversamente, a ala moderada do PMDB ganhou poder e investiu na tentativa de “acoplamento da continuidade das manifestações com uma negociação política entre regime e oposições”, para que se desse uma “articulação entre a mobilização popular e as negociações no Congresso” (RODRIGUES, 2003, p. 95).

Ainda que o movimento “Diretas Já!” tenha se esvaziado pouco a pouco após a proposta da emenda presidencial e com a derrota da emenda Dante de Oliveira, essa movimentação foi um marco importante de manifestação de vontade popular: desta vez não eram trabalhadores de um determinado setor social que lutavam por interesses laborais, nem apenas grupos políticos, mas as massas eram compostas igualmente por

homens e mulheres, das diversas classes sociais, crianças levadas por seus pais, e manifestações menores, em todas as esferas – todos manifestando seu descontentamento com o *status quo* (KOTSCHO, 1984).

A força das manifestações foi tão grande que ficou impossível ao governo retornar às medidas autoritárias do regime, sob pena de insurgência definitiva. Todo esse processo, assim, conduziu à deslegitimação do regime, pelo que “a via legal, como definida pelas regras da eleição indireta, havia se tornado ilegítima aos olhos da maioria da população, gerando uma grave crise de legitimidade do sistema político” (LAMOUNIER apud BERTONCELO, p. 194).

No dia seguinte à rejeição da emenda Dante de Oliveira, o governo começou as negociações da emenda Figueiredo, que propunha eleições diretas em 1988 (CONGRESSO REJEITA DIRETAS..., 1984), com um provável acordo com a oposição. E foi nesta conjuntura que o papel de Tancredo Neves se fortaleceu sobremaneira, dando origem, posteriormente, à sua eleição indireta para presidente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos meses que precederam o golpe de 1964, o Brasil e o mundo viviam uma polarização política entre direita e esquerda agravada pelo avanço do comunismo no mundo, apoiado, inclusive financeiramente, pela União Soviética, que ameaçava as forças políticas dominantes no Ocidente, em especial confrontando diretamente os Estados Unidos, principal representante do modelo adotado no Ocidente.

Essa divisão acentuada levava à construção de imagens mitificadas, que transformavam os “comunistas” em monstros destruidores dos valores ocidentais, e a polarização chegou a tal ponto que, ou se era a favor do bem ou do mal, encarnado na defesa de quaisquer interesses de cariz social, pois ameaçariam a propriedade, a família, a igreja.

Se não por outras tantas razões, a desconstrução democrática que aqui se relembrou deveria servir de severo lembrete para os males advindos de um processo de divergência que se polariza, no qual fica esquecida a principal base democrática, a liberdade – liberdade de diver-

gir, de expor opiniões, e que deveria vir acompanhada da convivência respeitosa com a diferença.

O que essa revisão histórica, ancorada nas leituras dos periódicos da época, conseguiu revelar foi que a memória histórica coletiva que se formou sobre o Movimento Diretas Já! e o papel desempenhado pelos periódicos na conformação social no período precisam ser revistos.

Percebeu-se que o apoio dado à derrubada do governo democraticamente eleito foi significativo, já que nesta direção se manifestaram todos os periódicos consultados, menos um – que pagou um preço alto por defender a manutenção constitucional democrática advinda das urnas. O apoio foi tal que acompanhou inclusive os famigerados atos institucionais, mesmo o AI-5; nesta altura, já alguns jornais começaram a mostrar-se desconfortáveis com as ações do novo regime.

Foi também possível perceber que a tomada do poder, mas também a permanência no poder no início do novo regime, só foi possível porque contou com apoio importante das elites econômicas e mesmo intelectuais, representadas e manifestadas no Ipes, na Oban e nas páginas de jornais e revistas. Enquanto a situação macroeconômica mostrou-se favorável, esse apoio suportou o regime, ainda que sem seus costumeiros representantes políticos no exercício do poder.

No entanto, na medida em que os ventos econômicos mudavam de direção, também cansavam-se os políticos civis afastados do poder, já que passavam a ter a seu lado os descontentes de outros setores da sociedade: empresários, que perdiam dinheiro, e os próprios trabalhadores, que viram seu poder de compra e seus direitos suprimidos.

O Movimento das Diretas, conhecido como Diretas Já!, surge, assim, dentro do principal partido de oposição, formado com as bases do partido oficial de oposição do período mais fechado politicamente do regime, o MDB, então transformado em PMDB. Nasce dentro deste partido, mas não alcança todos os seus representantes, já que ao mesmo tempo em que o movimento é encampado por líderes importantes, como Franco Montoro e Ulysses Guimarães, uma parte do partido costurava reservadamente uma transição política conciliadora, segundo proposta do próprio presidente de então, general Figueiredo.

Assim, ainda que as Diretas Já! sejam lembradas superficialmente como um movimento popular, mobilizador e que teria sido a mola propulsora da redemocratização, é necessário remexer essa história que se consolida para revelar os agentes políticos envolvidos e responsáveis pelo não sucesso daquele movimento, bem como a participação muito significativa das mídias, para deixar claro de que maneira se dão, de fato, os movimentos aparentemente sociais e de que maneira articulam-se as mídias para referendar ou derrubar governos e movimentos.

REFERÊNCIAS

300 MIL NAS RUAS PELAS DIRETAS. **Folha de S. Paulo**, 26.01.1984. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1984/01/26/2/>>. Acesso em: 09 jun. 2013.

ACORDO FIRMADO NO PLANALTO DETERMINA SAÍDA DAS TROPAS. **O Globo**, p. 3, 25.04.1984. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019840425>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

ABRUCIO, F. L. **Os barões do federalismo: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998.

AMADO, J. **Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias: os idos de março e a queda em abril, a primeira narrativa do golpe de 1964**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.dominio-publico.gov.br/download/texto/cp091210.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

BERTONCELO, E. R. **A campanha das diretas e a democratização**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2007.

BRANCO, C. C. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 13.09.1963. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19630913&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

_____. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 5, 02.04.1964. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640402&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

_____. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 1, 09.04.1964. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640409&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

_____. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 09.07.1964. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640709&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

_____. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2, 04.11.1983. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19831104&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

_____. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 08.11.1983. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19831108&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

BRIZOLA ENCERRA CAMPANHA FALANDO QUASE DUAS HORAS. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 13.11.1982. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19821113&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

CASSADOS OS MANDADOS DE 40 PARLAMENTARES E SUSPENSOS DIREITOS POLÍTICOS DE 58 PESSOAS. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10.04.1964. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640410>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório. Textos temáticos. dez. 2014. v. 2. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%208.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

CONGRESSO RECEBE O PROJETO DA PROPAGANDA ELEITORAL. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 7, 19.05.1976. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019760519>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

DIA DA DECISÃO. **Jornal do Brasil**, p. 10, 25.04.1984. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19840425&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

DIAS, E.; NOBLAT, R. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3 a 4, 30.11.1983. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>

&dat=19831030&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 02 ago. 2016.

ELEITORES DO PDS QUEREM DIRETAS JÁ. **Folha de S. Paulo**, p. 1, 26.02.1984. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1984/2/26/2/>>. Acesso em: 09 jun. 2013.

EMERGÊNCIA DE NOVO EM BRASÍLIA. **Folha de S. Paulo**, 19.04.1984. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1984/04/19/2/>>. Acesso em: 09 jun. 2013.

ENQUETE MOSTRA QUE A MAIORIA DO POVO PREFERE AS DIRETAS. **Folha de S. Paulo**, p. 1, 13.11.1980. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1980/11/13/2/>>. Acesso em: 09 jun. 2013.

ESTRATÉGIA DO GOVERNO É PROPOR DIRETAS PARA 1988. **O Globo**, p. 2, 09.03.1984. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019840309>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

FERREIRA, D. P.; BATISTA, C. M.; STABILE, M. A evolução do sistema partidário brasileiro: números de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 432-453, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n2/07.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

FIGUEIREDO DECRETA MEDIDAS DE EMERGÊNCIA. **O Globo**, p. 2, 19.04.1984. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019840419>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

FIGUEIREDO EM CAMPOS: ‘TERMINO A CAMPANHA SEM MÁGOAS E SEM ÓDIO’. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 13.11.1982. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019821113>>. Acesso em: 09 jun. 2013.

FIGUEIREDO PROPÕE DIRETAS PARA 88 E APELA AO DIÁLOGO. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 4, 17.04.1984. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1984/04/17/2/>>. Acesso em: 09 jun. 2013.

FONTOURA, W. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 02.03.1974. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19740302&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

GAMA E SILVA: ATO INSTITUCIONAL VISA A PRESERVAR A REVOLUÇÃO E A DEFENDER O REGIME. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 10,

14.12.1968. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019681214>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

GEISEL DEBATE A POLÍTICA ECONÔMICA DE SEU GOVERNO. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 3, 02.03.1974. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019740302>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

GEISEL: ELEIÇÃO DEMONSTRA O CLIMA DE LIBERDADE NO PAÍS. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 1, 16.11.1974. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019741116>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

GOVÊRNO BAIXA ATO INSTITUCIONAL E COLOCA CONGRESSO EM RECESSO POR TEMPO ILIMITADO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 1, 14.12.1968. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19681214&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

GOVERNO DIZ QUE NÃO TOLERA PRESSÕES SOBRE O CONGRESSO. **O Globo**, p. 2, 18.04.1984. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019840418>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

KOTSCHO R. **Explode um novo Brasil**: diário da campanha das Diretas. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LUDWING DIZ QUE O COMÍCIO DE SÃO PAULO PROVA DEMOCRACIA. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 4, 27.01.1984. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019840127>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MARCHEZAN CONSULTA PMDB SOBRE DIRETAS PARA 1988. **O Globo**, p. 3, 03.03.1984. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019840303>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MAZZILLI QUER SABER ATÉ ONDE VAI SEU PODER. Última Hora, Rio de Janeiro, p. 6, 03.04.1964. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/907>. Acesso em: 15 jul. 2016.

MÉDICE FAZ O BALANÇO DAS REALIZAÇÕES DE SEU GOVERNO. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 7, 02.03.1974. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019740302>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

MONTORO, A. F. **A luta pelas eleições diretas**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

MULTIDÃO LOTA PRAÇA DA SÉ NO COMÍCIO PELAS DIRETAS. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 26.01.1984. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19840126&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

NOBLAT, R. **Jornal do Brasil**, p. 2, 16.04.1984. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19840416&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

O CONGRESSO APROVA A ELEIÇÃO DIREITA EM 82. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14.11.1980. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1980/11/14/2/>>. Acesso em: 09 jun. 2013.

PRESIDENTE RESTABELECE DIRETAS ATÉ O FIM DO MANDATO. **O Globo**, p. 2, 16.03.1984. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019840316>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

PMDB NEGA QUE HAJA AMEAÇAS. **O Globo**, p. 2, 18.04.1984. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019840418>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

RODRIGUES, A. T. **Diretas Já: O grito preso na garganta**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROSSI, C. **Folha de S. Paulo**, p. 5, 25.04.1984. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1984/04/25/2/>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

SUBLEVAÇÃO EM MINAS PARA DEPOR JANGO. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 4, 01.04.1964. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/903>. Acesso em: 15 jul. 2016.

TEIXEIRA, J. L. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 5, 19.01.1984. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1984/01/19/2/>>. Acesso em: 09 jun. 2013.

Submetido em: 10-8-2016

Aceito em: 7-10-2016